



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17749 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

Equipe multiprofissional e a criança com deficiência

Gislene de Freitas Pinheiro Lustosa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Elisângela Rodrigues Costa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Livia da Conceição Costa Zaqueu - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Resumo: O objetivo é descrever as contribuições da equipe multiprofissional no processo de avaliação das crianças com deficiência das escolas da rede municipais de São Luís. O Método utilizado de estudo descritivo, relato de experiência realizado em unidades básicas de ensino da rede Municipal de São Luís. Resultados: a importância da equipe multiprofissional no processo de avaliação dos estudantes.

Palavras-chaves: Crianças com deficiência. Equipe multiprofissional. Escolas.

1 INTRODUÇÃO

A decisão de abordar esta temática surgiu da importância do trabalho da equipe multiprofissional com pessoas com deficiência, experiência que vivi nos últimos dois anos na Secretaria de Educação Municipal de São Luís. Minha motivação principal veio ao integrar a equipe multiprofissional da educação especial do município, onde me deparei com situações no cotidiano de trabalho que despertaram muitos questionamentos.

Ao ingressar na equipe itinerante, fiquei curiosa sobre as abordagens e técnicas utilizadas no atendimento de crianças e adolescentes com deficiência. Comecei a ler sobre o tema, fiz cursos na área e explorei os instrumentais

empregados nesse tipo de atendimento.

Para entender melhor o universo infantil, é essencial refletir sobre a chegada de um bebê ao mundo e os impactos na vida familiar. Durante a gravidez, mesmo com um bom pré-natal, sempre há incertezas sobre possíveis complicações. Quando uma criança nasce com deficiência, as reações podem ser diversas e intensas, cada pessoa lida com essas emoções de maneira única.

Minha pesquisa revelou que essa temática ainda é pouco registrada nos últimos anos. Historicamente, na antiguidade clássica, pessoas com deficiência enfrentavam práticas como o extermínio em cidades como Esparta e Roma, enquanto em Atenas, embora reduzidas, essas pessoas ainda eram marginalizadas. Influenciadas por crenças da época, essas atitudes consideravam a deficiência como punição. Durante a Inquisição, muitas crianças com deficiência e suas mães foram condenadas à fogueira. Com o retorno dos soldados das cruzadas marcados pelo combate, a igreja passou a adotar uma postura mais acolhedora e caridosa em relação a essas pessoas.

1.1 Modelo médico ou biomédico

Após a Revolução Industrial, os primeiros problemas de saúde pública surgiram devido às condições insalubres nas fábricas. No século XX, diversas definições de saúde e doença foram desenvolvidas, levando à necessidade de categorizar e classificar a deficiência.

Na obra *O normal e o patológico*, Canguilhem argumenta que os conceitos de saúde e doença são reducionistas, definindo o estado patológico como algo que foge à normalidade. Para ele, a sociedade passou a ver a saúde como a capacidade do indivíduo de se adaptar às exigências do meio em que está inserido. Nesse período, a deficiência ainda era vista como um fenômeno biológico, que exigia intervenções específicas para o adequado funcionamento do corpo.

Essas ideias levaram à criação de instituições de saúde voltadas para a reabilitação e ao surgimento da concepção de que a deficiência precisava de uma classificação na educação especial. Esse enfoque trouxe prejuízos aos indivíduos, ao considerar a deficiência como uma doença crônica que necessita de cuidados, visão que persiste até hoje.

1.2 Modelo social

Possuir um olhar ampliado sobre o meio e as deficiências. Acredita que o

meio passa ser fator de empoderamento ou limitador para a pessoa com deficiência. E diante disso cabe a sociedade promover ações de combate e enfrentamento dessa problemática

Assim, favorecendo significativamente essa população. Os movimentos sociais tiveram papel crucial na ampliação e fortalecimento da política inclusiva para pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) está em vigor desde 2016 e visa assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades da pessoa com deficiência tendo forte atuação. Desta forma, no momento que passaram a compreender a vida independente das pessoas com deficiência abriu inúmeras portas para grandes avanços das políticas públicas.

1.3 Modelo biopsicossocial

E a integração de ideias do modelo médico e social. Modelo que acredita ser mais adequado através das mudanças da sociedade possibilitando uma assistência integral a essa clientela.

Ao longo do tempo vemos os serviços de assistência a pessoas com deficiência sofrerem várias transformações. No início dos diagnósticos dessas crianças verificávamos que muitas delas eram recebidas pelos serviços de saúde primeiramente e posteriormente eram encaminhadas para outras.

No momento posterior após esse encaminhamento especializado a própria família buscava na comunidade profissionais para esse acompanhamento especializado.

E podíamos perceber que a postura da família também mudava a cada nova fase vivenciada dessa caminhada. O que vemos atualmente que continuamos a brigar por direitos, inclusão dessas pessoas, mas buscando trazê-las para o convívio social dentro de uma sociedade inclusiva.

Para isso precisamos adotar um modelo de assistência de equipe multiprofissional. O modelo de equipe multiprofissional é um modelo de prestação de serviço centrado na assistência a família.

A família é a principal promotora do desenvolvimento da criança.

1.4 Aspectos legais

Até o presente momento possuímos vários marcos legais de documentos

que falam sobre a política nacional de educação inclusiva.

A constituição federal, possui vários artigos que falam sobre a proteção com o indivíduo com deficiência. Um dos artigos bem conhecidos é o:

5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] A declaração de Salamanca (Unesco 1994).

As escolas devem acolher todas as crianças independente de suas condições físicas, sociais, intelectuais, linguísticas, culturais ou outras.

No que tange, ao decreto nº 3.298 de 1999 no inciso VI garante o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista; V, garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social. O Estatuto Da Pessoa Com Deficiência (2015) no artigo 2, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A entrada da pessoa com deficiência na escola é um grande marco na vida da criança e do adolescente. Esse momento é sempre permeado e vivenciado pelos alunos, familiares com uma grande gama de sentimentos contraditórios.

Afinal, a criança sai de seu primeiro núcleo de origem a família para adentrar ao núcleo social. Onde ela era criada e protegida de todos os perigos que cercam o universo da criança. E esse primeiro contato com esse mundo novo precisa ser muito bem conduzido para que as boas interações e impressões sejam vivenciadas e registradas por esse ser tão indefeso.

A família e escola precisam estar alinhadas nesse processo. Essa fase é complexa para qualquer criança. Aquelas com deficiência enfrentarão desafios maiores a todo instante.

O processo de desenvolvimento da personalidade se realiza no indivíduo de acordo com a vivência de suas experiências no meio que o rodeia. Somos frutos da nossa convivência com nossos pais e familiares e das crenças, valores que eles possuíam naquele período da vida.

Nem sempre pais de crianças com deficiência conseguem ofertar uma educação de forma autônoma para o pleno desenvolvimento de seu filho. É perceptível que numa boa parcela de genitores existe sempre a tendência da superproteção perante a deficiência manifestada pela criança. Os genitores possuem dificuldade para acreditar que as limitações apresentadas pelos filhos possam ser superadas devido o diagnóstico de nascimento e nível de instrução baixo dessas famílias.

Há um número considerável de estudos e pesquisas que apontam que quanto mais cedo iniciada as intervenções melhores serão os progressos de aquisição, desenvolvimento de habilidades e potencialidades dessas crianças.

A relação família e escola é sempre uma relação recheada de melindres. A família sempre tende a exigir mais do que a escola pode ofertar e por outra vez a escola reage cobrando excessivamente os pais pelo sucesso ou fracasso dos filhos nos estudos. E a criança fica no meio desse embate de forças. Assim, quem perde com essas rusgas são as crianças.

A equipe multiprofissional é sempre um ponto de apoio entre a família e a escola. Auxiliando na mediação das relações interpessoais, no esclarecimento de trabalho, nas orientações de encaminhamento para o indivíduo. O grande objetivo desse processo de inclusão é também a promoção de uma relação familiar e escolar alicerçada nos valores de parceria, respeito, colaboração e empatia.

2 METODOLOGIA

Estudo descritivo, tipo relato de experiência de caráter descritivo, realizado nas unidades de ensino básicas da rede municipal de São Luís, nos períodos de 2 anos da área da educação especial. A coleta de dados seguiu as etapas de estudo da temática, entrevistas com famílias, avaliações dos alunos, atendimento com os professores encaminhamentos para sala de recursos e serviços de saúde especializados.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Logo que começamos a fazer as visitas nas escolas e atender aos alunos e professores pude comprovar como esse trabalho com vários profissionais traz inúmeros benefícios para o público-alvo.

E como o olhar de cada profissional ampliava percepções, esclarecia fatos, gerava inúmeras orientações, favorecia construção e elaboração de grandes projetos de vida.

Após as avaliações realizadas com as crianças seguimos para a conversa com os genitores e os atores da escola. E creio que esse momento é o mais difícil e delicado para a família.

Na prática percebemos que a família se sente meio invadida e poderia afirmar meio perdida em alguma boa parte das vezes. Isso tudo devesse ao fato desse momento de escuta com pessoas desconhecidas para eles e novas orientações acerca dos cuidados com a criança em questão.

Temos também o fator do medo de receber ali um possível diagnóstico sobre seu filho embora não seja nossa função. No exercício da paternidade ou maternidade sabemos o quanto é doloroso no primeiro momento ter a confirmação de que algo não vai bem no processo de desenvolvimento de seus filhos.

E nesse processo de aceitação cada família reage e recebe aquilo da maneira que lhe convém, algo que não temos controle embora no exercício do nosso trabalho realizemos algumas etapas justamente para minimizar essas situações.

Para minha surpresa pude constatar todas as fases que cercam uma criança, adolescente e seus familiares no processo de diagnóstico e inclusão desse indivíduo. E o mais interessante era a diversidade de casos e situações desafiadoras que encontrávamos na rede Municipal de educação.

Quando atuava no ensino fundamental atendia vários casos de violência sexual, conflitos familiares, uso de substâncias psicoativas, negligência e maus tratos. E agora os desafios seriam outros...

Durante o atendimento com essas famílias pude verificar que na maioria das vezes os pais sempre chegam à escola com uma postura de resistência e questionamentos frente aos profissionais da escola.

O que notamos sempre que o fato de ser chamado a escola gera sinal de alerta nos genitores. Ser chamado a escola é sempre um sinal ruim para eles.

Assim, que começamos a explicar o atendimento as famílias e elas percebem que o objetivo seria o auxílio aos filhos para o desenvolvimento no processo de aprendizagem de imediato modificam a postura, as falas, as indagações... E sempre precisamos explicar a família que nosso atendimento tem o viés pedagógico e não o clínico. Existe uma dificuldade acentuada na compreensão do trabalho da equipe multiprofissional para os familiares.

E ao iniciarmos as conversas estão sempre numa postura defensiva. É preciso muita assertividade para avançar no diálogo e atingirmos o objetivo que tanto desejamos. Afinal estamos ali para a inclusão e evolução do seu filho dentro do ambiente escolar

Quando estamos avaliando a criança em sua singularidade avaliando todas as suas habilidades, potencialidades, limitações facilita a construção de um plano terapêutico adequado para a criança. Paralelamente a isso fazemos a orientação aos pais, professores, gestores e cuidadores para que estratégias norteadas dentro do contexto escolar possam dar bons frutos.

No século XXI temos a existência de vários modelos de família. A família que acolhe, a que escuta, a que reage com muita agressividade verbal, a que nega de imediato as orientações, a que negligencia os fatos, a que não consegue compreender, e a reação da família é algo fundamental para os avanços da criança frente aos desafios que a aguardam para conviver em sociedade, ela irá lidar a todo instante com as dificuldades que cercam esse problema e necessitará buscar recursos emocionais, físicos, espirituais e financeiros para o enfrentamento da situação.

E benéfico para a família e para a escola que a inclusão seja acompanhada realizada e realinhada ao menor sinal de problema. Ao atender as famílias encontramos basicamente um perfil familiar predominante em nosso público-alvo.

Na maioria das vezes temos mães solo, separadas ou que moram junto e possuem um ponto em comum sempre estão sozinhas no cuidado dispensados aos filhos.

Nessas classes sempre a mãe é vista como a principal detentora do cuidado e o marido apenas como o provedor de alimentos. E tão gritante que durante esse período todo que trabalho na educação as inúmeras vezes que atendia a pais sempre era uma tarefa improdutiva. Antes de começarmos a trocar as orientações alinhar algumas condutas da escola procuramos compreender melhor o perfil das famílias atendidas. Quem são esses sujeitos que chegam para nós

Acredito ser extremamente importante que a equipe multiprofissional tenha um olhar real para posteriormente traçar um plano terapêutico para essa criança

com deficiência.

Percebemos também que existe um desgaste mental, emocional e físico muito grande nessas famílias. E elas não possuem nenhum tipo de rede de apoio, nenhum acesso a serviços de saúde para poderem cuidar de sua saúde. Elas costumam priorizar as terapias dos filhos em detrimento da vida delas. Essas mulheres costumam desenvolverem ou enfrentarem problemas psiquiátricos.

Não adianta traçar um trabalho sem considerar a realidade social e emocional dessa família. Após esse momento depois avaliamos a criança e procuramos conversar com o restante da equipe escolar. Trabalhando também em parceria com o professor no processo de inclusão do aluno.

Vários estudos comprovam que o olhar de vários profissionais perante a necessidade da pessoa com deficiência é de extrema valia para a superação da limitação desse público.

Isso sem falar dos encaminhamentos que realizamos a todo instante na escola para os serviços de saúde, assistência social, e o atendimento educacional especializado. Nesse contexto nos deparamos com uma série de dificuldades devido poucos serviços de saúde existentes na cidade para essa clientela, a longa espera para uma consulta avaliação e tratamento, famílias com poucos recursos financeiros.

Através de nosso trabalho para promover o pleno e adequado desenvolvimento educacional dessas crianças muitas vezes, fica amarrado, pois precisamos de profissionais de outras secretarias para que os encaminhamentos realizados fluam favorecendo a evolução das crianças atendidas.

4 CONCLUSÃO

O trabalho da equipe multiprofissional é muito importante, mas penso que poderia ser organizado obedecendo aos princípios norteadores, desempenhando algumas diretrizes novas no desenvolvimento desse trabalho. Precisaríamos ter um aumento no número de profissionais que fazem parte da equipe, a inserção de novas categorias profissionais, a equipe também realizaria um trabalho mais intenso e direcionado com a família, o aceite de nossos encaminhamentos para os serviços especializados, parcerias com a saúde para a prioridade dessa clientela.

A grande prova disso que quando todos os fatores fundamentais ao processo de inclusão estão em consonância com os da escola podemos constatar no desenvolvimento das crianças que conseguem aquisição de novas habilidades e superação de suas dificuldades manifestadas no processo de aprendizagem.

A principal função da escola é difundir conhecimento científico e promover o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos formando pensamento crítico e reflexivo sobre estes.

E através dessa maneira inúmeras gerações serão contempladas, formadas e transformadas para a construção de uma sociedade digna, justa empática e inclusiva.

Assim, cada profissional dando sua contribuição e estratégias para promover a superação das dificuldades encontradas no ambiente escolar.

E para que todo esse processo de inclusão se efetive é necessário que o professor tenha conhecimento adequado sobre o que é deficiência.

É fundamental que o professor tenha clareza, consciência do diagnóstico e estabeleça parceria com a família e os profissionais que acompanham as crianças.

No que tange a formação de professores nem sempre esses profissionais possuem a devida visão sobre sua prática profissional.

Essa relação professor e aluno somente ocorrerá de forma plena se for despida de preconceitos e estereótipos sobre o aluno. E sim alicerçada no que o indivíduo pode aprender e superar suas limitações.

Na prática sabemos que o professor pode ter extenso conhecimento e vontade de auxiliar seu aluno a superar suas dificuldades, mas não será possível desempenhar essa tarefa sozinho.

Esse modelo tradicional de educação e ensino já não era suficientemente bom para atender os alunos daquela época imagina no atual momento. As mudanças são necessárias e benéficas para esse público-alvo.

Na conjuntura atual temos o crescimento exponencial de alunos com deficiência matriculados na escola e são necessários profissionais capacitados e dispostos a realizar seu trabalho de maneira comprometida a promover a inclusão de todos os alunos.

É de suma importância a necessidade de o educador identificar a sua demanda e buscar ajuda junto a escola, a equipe multiprofissional, a família da criança e as estratégias de trabalho pedagógicas diferenciadas para alcançar os alunos que necessitam de um atendimento mais diferenciado no processo de ensino e aprendizagem.

Finalizando as devidas considerações muito foram os avanços ocorridos nessa política de inclusão, mas ainda precisamos percorrer muitas etapas para

verdadeiramente atingirmos nosso objetivo de alcançarmos um número significativo de estudantes da rede Municipal que necessitam dessa intervenção.

Assim propõe-se que o trabalho das equipes multiprofissionais seja cada vez mais fortalecido e ampliado para melhores acolhimentos, avaliações e encaminhamentos das crianças e adolescentes que necessitam desse trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2023.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FRANCO, Vitor. **Contributos psicodinâmicos para a intervenção precoce na infância**. Lisboa: Aloendro, 2016.

FRANCO, Vitor. **Introdução a intervenção precoce no desenvolvimento da criança: com a família, na comunidade, em equipe**. 2015.

OLIVEIRA, Jailma Pinheiro de. **Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

UNESCO. Declaração de Salamanca. 1994.